

---

# TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: A CONSTRUÇÃO DO PASSADO DA VILA DAS TORRES ATRAVÉS DAS MEMÓRIAS COLETIVAS

---

TERRITORY AND TERRITORIALITIES: THE CONSTRUCTION OF THE PAST OF VILA DAS TORRES THROUGH COLLECTIVE MEMORIES

TERRITORIO Y TERRITORIALIDADES: LA CONSTRUCCIÓN DEL PASADO DE VILA DAS TORRES A TRAVÉS DE LAS MEMORIAS COLECTIVAS

Ana Cristina Santos Araújo<sup>1</sup>

<http://lattes.cnpq.br/0855690644477980>  
<https://orcid.org/0009-0008-5527-200X>

**RESUMO:** Esse artigo busca problematizar os processos de remoções ocorridos em algumas favelas do Rio de Janeiro no período imediatamente anterior aos Megaeventos (advento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016), reconstruindo o território da Vila das Torres, favela no bairro de Madureira que foi removida para a Construção do Parque Madureira, a partir das memórias das mulheres negras que ali moravam. O objetivo é demonstrar que as relações estabelecidas nos territórios removidos são “bens não-monetizáveis” que não são percebidos pelos agentes do Estado e não entram no cálculo indenizatório.

**Palavras-Chave:** remoção; megaeventos; memória; raça; mulheres negras.

**ABSTRACT:** This article seeks to problematize the eviction processes that took place in some favelas in Rio de Janeiro in the period immediately before the Mega Events (the advent of the 2014 World Cup and the 2016 Olympics), reconstructing the territory of Vila das Torres, a favela in the Madureira neighborhood which was removed for the Construction of Parque Madureira, based on the memories of the black women who lived there. The objective is to demonstrate that the relationships established in the removed territories are “non-monetizable assets” that are not perceived by State agents and are not included in the compensation calculation.

**Keywords:** removal; mega-events; memory; race; black women.

---

<sup>1</sup>Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (1992), Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (1992), Pós -Graduada em História Contemporânea (Lato Sensu) pela Universidade Federal Fluminense (2001) e, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (2017) e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ (a partir de 2019). Pesquisadora do NEGRAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais) integrante do laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, o ETTERN/IPPUR. Pesquisadora do LEMSTI (Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais, Trabalho e Identidade) da UFF. Membro da Superintendência de Políticas Raciais da UFRJ. Parecerista da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e da Revista Práticas em Gestão Pública Universitária da UFRJ. E-mail: [ana.araujo@ippur.ufrj.br](mailto:ana.araujo@ippur.ufrj.br).

**RESUMEN:** Este artículo busca problematizar los procesos de desalojo que tuvieron lugar en algunas favelas de Río de Janeiro en el período inmediatamente anterior a los Mega Eventos (el advenimiento del Mundial de 2014 y los Juegos Olímpicos de 2016), reconstruyendo el territorio de Vila das Torres, una favela en el barrio Madureira que fue removido para la Construcción del Parque Madureira, basado en la memoria de las mujeres negras que vivían allí. El objetivo es demostrar que las relaciones establecidas en los territorios removidos son “activos no monetizables” que no son percibidos por los agentes del Estado y no están incluidos en el cálculo de la compensación.

**Palabras clave:** expulsión; megaeventos; memoria; raza; mujeres negras.

## INTRODUÇÃO

O conceito de território no Brasil é muito complexo e está em disputa entre vários campos de pesquisa: Antropologia, Geografia, História, Sociologia, Planejamento Urbano, entre outros. Durante muito tempo esse conceito serviu para legitimar a formação dos Estados-nação, principalmente nas Américas. Partindo do conceito ampliado de território, esse trabalho busca a reconstrução do território da Vila das Torres em Madureira, subúrbio carioca, através das memórias, relações sociais, disputas políticas e territorialidades das mulheres negras moradoras dessa vila e que foram removidas pelo plano de “revitalização” da área como parte da preparação do Rio de Janeiro para os Megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas). As mulheres são objeto dessa pesquisa por serem elas, a parcela mais vitimizada com os deslocamentos involuntários, perdendo suas redes de apoio, principalmente. A importância da vila se dá por ser uma área de agricultura urbana e o fluxo de comercialização de seus produtos ter dado origem ao polo de comércio popular chamado Mercado de Madureira.

Essa política de “deslocamento forçado”, praticado pela ação do Estado nos processos de remoção das populações, se alicerça na hegemonia de poder branca e racista que visa, na maior parte das vezes, o branqueamento do território. No Brasil, quando estudamos e damos enfoque a questão racial, pode parecer para muitos uma tarefa banal, mas não é. A necessidade de brancos e negros visibilizarem o assunto, estabelecerem uma definição para esse conceito ou dizerem como e quem pode falar sobre ele, demonstra que se está longe de ser um assunto banal devido a sua complexidade e de como cada indivíduo ou grupo percebe ou sente a violência do racismo.

Falamos e escrevermos sobre as diferenças raciais no Brasil ajuda a compreendermos e repercutirmos as várias facetas do racismo, das políticas de branqueamento do território

(apagando o simbolismo do território, destruindo monumentos, ruas ou praças entre outros), das desigualdades sociais e econômicas e do massacre da subjetividade do povo negro (associando aos pretos e pardos características físicas, morais ou espirituais subalternizados e agressivos, como: preto sujo, insolente, não serve para nada, vagabundo entre outras). Uma pesquisa que se debruce sobre o racismo nas cidades ou sobre as políticas públicas racistas, necessariamente apontará para ações antirracistas. Mas, anunciar que esse artigo falará do racismo é cair em um erro de enunciação.

Para contextualizar minha escolha de protagonismo, busquei informações do Censo realizado pelo IBGE (2010), onde 55,5% da população que vive em áreas de ocupação irregular com serviços ou urbanização precários é parda, os brancos representam 30,6% dos moradores de favelas e similares, enquanto os pretos somam 12,9%<sup>2</sup>; pode-se afirmar que as remoções determinadas pela prefeitura do Rio de Janeiro possuem um caráter segregacionista, por retirar a população de áreas mais adensadas e enviá-las para áreas de espaços vazios e distantes de onde vieram; excludente, por retirar uma grande quantidade de indivíduos da comunidade na qual estabeleciam trocas afetivas e de trabalho, que era constituída como seus territórios-abrigo e na qual desempenhavam representações das suas identidades e; racista, pois a maioria da população removida era negra. A ação do Estado foi encoberta por um verniz embelezador, moderno e com um apelo midiático de ser voltado para o desenvolvimento da região.

Não podemos falar das remoções no Rio de Janeiro sem problematizar a questão da moradia da população pobre e preta. Essa população é maioria nas favelas do Rio de Janeiro. Elas também são encontradas, em maioria, nos bairros periféricos desse município. Podemos, então, falar de segregação habitacional, estigma e distinção

## **AS CIDADES E A SEGREGAÇÃO NAS AÇÕES DO ESTADO**

Feita essa introdução, aplicarei esses conceitos (segregação, estigma e distinção) ao objeto de pesquisa que ora apresento sobre a remoção da Vila das Torres, uma favela estabelecida em Madureira à beira da linha Auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre os Grêmios Recreativos Escola de Samba Portela e Império Serrano. Essa favela cresceu

---

<sup>2</sup>-Dados retirados da Folha de São Paulo, [populacao-de-favelas-e-predominantemente-parda-mostra-censo.shtml](https://www.folha.com.br/populacao-de-favelas-e-predominantemente-parda-mostra-censo.shtml) visto em 16/02/2023.

em torno da horta estabelecida por portugueses, em sistema de comodato com a Light, embaixo dos linhões de transmissão de energia, no final do século XIX. Todos os moradores dessa favela, em sua maioria negros, foram indenizados com valores irrisórios para continuarem o centro do subúrbio de Madureira (um subcentro do município do Rio de Janeiro). Acabaram se deslocando para áreas periféricas a Madureira ou periféricas do município do Rio de Janeiro, configurando assim, um processo de segregação habitacional.

Para Bourdieu (2006) a segregação é um fenômeno social de exclusão de grupos ou parte de grupos, de direitos e acessos, baseada em reproduções simbólicas como etnia, religião, gênero, classe social entre outros, perpetuadas por normas, crenças e valores, que resultam dos processos políticos, sociais e econômicos. A segregação gera barreiras que dificultam a mobilidade e a integração social. Posso destacar como consequência da segregação a distinção e o estigma. Lembrando que essa é uma forma de produção desses dois fenômenos e, que a segregação também gera outras consequências como a diminuição da diversidade social de um território, a redução de pluralidade cultural e de conhecimento, entre outros.

Para nos pautarmos sobre segregação socioespacial busquei dois autores da escola paulista, Raquel Rolnik (1995) e Nabil Bonduki (2011) por entender que seus pensamentos sobre esse assunto se complementam e dialogam com a minha pesquisa. Rolnik discute a questão da segregação socioespacial como a exclusão do direito pleno à cidade, pois cria espaços desiguais para diferentes grupos. Para a autora essa situação extrapola a dimensão do local, por ser um fenômeno global que perpetua as diferenças sociais, políticas e econômicas. Argumenta ainda que no Brasil a exclusão socioespacial é caracterizada pela desigualdade racial e econômica, atingindo e aprofundando assim, a exclusão de grupos sociais específicos, já marginalizados pela sociedade como as mulheres, os negros e a população das periferias dos grandes centros.

Bonduki segue a mesma linha de análise de Rolnik, mas acrescenta que a segregação socioespacial é um processo histórico e político que remonta o planejamento e construção das cidades ao longo dos tempos. Defende que as desigualdades na construção das cidades acirram as desigualdades sociais e econômicas além de contribuir para a concentração de renda. Para Nabil, a segregação socioespacial passa tanto pela dimensão física, oferta de equipamentos urbanos e serviços (saneamento, transporte, hospitais e serviços, entre outros) quanto de oferta digna de moradia. Os dois autores apontam para a necessidade de políticas

públicas planejadas para o combate à segregação socioespacial e a construção de uma cidade inclusiva e mais justa.

Para trabalhar com a questão de segregação racial amparo-me em Edward Telles (2012), que defende a tese que apenas a posição socioeconômica da população brasileira não explica a segregação residencial percebida em seus estudos nas grandes áreas metropolitanas do Brasil. Para o autor, a segregação racial é maior entre pretos e brancos nas áreas em que o mercado imobiliário é estável, por isso, acredita que esse fator tenha contribuído para uma análise ligada à questão de classe do que uma questão racial. Os brancos das regiões imobiliárias estáveis não se importam de terem na vizinhança moradores pretos, mas não querem proximidades com eles. O autor avalia também que a existência da população preta nesses territórios é dificultada pelo alto valor a ser pago pelo terreno ou mesmo pelos empreendimentos. Nesse sentido, acredita que o “aceite” dos moradores brancos em terem em suas áreas habitacionais vizinhos pretos está relacionado com a falsa ideia de “democracia racial”. Telles complementa seu raciocínio afirmando que a distância entre pardos e brancos nessas áreas é menor do que de brancos e pretos. Mas, nas áreas de autoconstrução, nos bairros populares ou nas regiões pobres da cidade há concentração da população preta e que nessas áreas a proximidade residencial de um preto e pardo com os moradores brancos, não é um problema como no caso anterior.

O conceito de distinção que ora apresento, baseia-se no livro de mesmo nome de Pierre Bourdieu (2006) onde o gosto, a cultura e o consumo refletem as diferenças sociais. Para esse trabalho o importante a ser destacado é que o modo de vida de um grupo social determina o tratamento social e as políticas públicas que lhe serão destinadas. A distinção também é elaborada diferentemente quando o gênero (divisão do trabalho por sexo e classe social) e a raça (distinção percebida pelos sinais produzidos pelo corpo ou carregados por ele), são introduzidas na análise. As roupas, a comida, a casa, a relação do indivíduo com o mundo, a forma de comer, a forma de andar, como se maquia, o que bebe, os amigos, as conversas, como penteia o cabelo, entre outros, são marcas sociais que recebem sentido e seu valor no conjunto de sinais distintivos do sistema de posições sociais. Os símbolos ou sinais que distinguem um indivíduo ou grupo social podem, também, ser instrumentos de identificação dentro de um mesmo grupo social. Os símbolos ou sinais são mecanismos utilizados por grupos sociais para mostrarem a adesão a um determinado grupo e sua distinção em relação a outros grupos. Esse conjunto de símbolos ou sinais, Bourdieu nomeia de emblema. O emblema é uma marca de distinção.

Para Goffman (2004) os emblemas são símbolos que comunicam algo do indivíduo para o resto do grupo social. Pode ser também uma comunicação algo particular de um grupo em relação ao conjunto da sociedade. Uma pessoa ou um grupo social estigmatizado pode utilizar um emblema para comunicar ou manipular seu estigma para o resto da comunidade. Os emblemas são formas que os indivíduos ou grupos estigmatizados utilizam para manipularem suas identidades ou as informações sobre elas em uma relação social complexa. Por sua vez, o estigma, para Goffman, é um atributo ou marca de distinção de um indivíduo ou grupo dentro da sociedade. Essa distinção geralmente é uma marca socialmente desvalorativa, pejorativa e que traz cotidianamente problemas na aceitação social. Aponta que a solução para a aceitação da identidade estigmatizada é a sua manipulação e a ocultação dela, algumas vezes. Desde sua construção física e concomitantemente, sua construção no ideário da população do Rio de Janeiro, as favelas e habitações das classes mais pobres (casa de cômodos, pensões, cortiços, etc.) foram tratadas pelo poder público e pela mídia da época – e a atual - como locais pertencentes àqueles que estavam e, estão, à margem da sociedade. As forças do Estado se relacionaram com estes territórios e seus moradores de forma a estigmatizá-los, imputando aos territórios as mazelas que atormentam a população em cada momento histórico: foco das doenças e peste no começo do século passado; abrigo de capoeiras, malandros e “desqualificados” no mesmo período e, atualmente, território a “ser integrado ao Estado” por ser o “covil do tráfico” e/ou “fonte dos males” que atinge a sociedade contemporânea carioca, como a ação dos “poderes paralelos”. Essa visão sobre territórios pobres e de população majoritariamente negra, traçou dois tipos de políticas públicas para esses territórios: a remoção e o deslocamento da população para áreas longínquas do centro da cidade ou das áreas valorizadas da zona sul, configurando além de uma segregação habitacional e racial também, um acirramento de um olhar estigmatizado da sociedade para esses territórios e seus moradores. A ação do Estado nessas áreas reafirma um imaginário coletivo que desvaloriza não somente o território “invadido”, mas seus moradores; colocando-os em uma categoria próxima ao “não-humano”. Sobre as comunidades e corpos pretos e pobres há então, um estigma do “não ter”. “Não ter” dignidade, “não-ter” trabalho, “não-ter” higiene, “não-ter” humanidade, “não-ter” direito. Muniz Sodré, em seu livro “O Terreiro e a Cidade”, destaca que o ato de modernizar era também lançar mão da força armada. Relacionado ao “Bota-Abaixo” ele escreve que naquele período uma comissão criada pelo Ministério do Interior e Justiça chegou a conclusão que muito mais casas foram derrubadas do que a expectativa que se tinha. Além da violência físico-simbólica das remoções e demolições

juntou-se a violência financeira, devido à diminuta indenização aos proprietários que tiveram suas habitações e comércio colocados à baixo. Devido a essa política de remoção ocorrida no passado e perpetuada até os dias atuais, e as práticas de ações que se repetem, as pesquisadoras Galiza e Vaz (2016) chamam essas ações de “cultura das remoções”<sup>3</sup>.

## **SOBRE GESTÃO DAS CIDADES E RAÇA**

Para iniciarmos essa parte do trabalho, preciso resgatar a discussão sobre o racismo e como ela se estabeleceu e está assentada. O conceito de “raça” se mundializou a partir das demandas do capitalismo comercial do século XV e a expansão ultramarina. A partir da colonização das Américas, para atender a divisão mundial do trabalho e legitimar o “poder” a ser exercido no “novo mundo”, os europeus utilizaram os indígenas existentes no território e a população negra africana, trazida para as Américas em um longo e duradouro deslocamento involuntário, para o controle da natureza, desenvolver técnicas de plantio, colheita e de pequenas indústrias manufatureiras, além do controle e comercialização de seus corpos. Essa estrutura de poder estava assentada no patriarcalismo, branco, eurocêntrico, machista e sexista. Os corpos da população dominada e explorada tornaram-se territórios de posse e invasão. Invadiu-se o corpo, apartaram os elos familiares, violentaram as liberdades, a identidade, a fé e a esperança. Diante de tanta brutalidade, os corpos subalternizados deixaram de ser vistos como “corpos humanos”. A última violência, portanto, foi tornar a população indígena e preta em populações “não-humanas”. A agência colonial estabeleceu a formação de uma sociedade baseada na assimetria de poder alicerçada nos privilégios e no racismo. Portanto, a colonização e exploração das Américas, trouxe em seu processo constitutivo o elemento hierarquizador e classificatório da população, estabelecendo a fronteira da distinção onde um grupo era civilizado, culto, educado e desenvolvido, enquanto os outros eram incivilizados, primitivos, desalmados e insolentes. Essa estruturação de pensamentos e ações atreladas ao “colonialismo” não está no passado histórico, ela resistiu e se perpetua em uma “colonialidade” racista que estrutura e é estruturada pelas relações de poder sociais, econômicas e políticas até o presente momento dentro da perspectiva racista do Estado-Nação moderno (QUIJANO, 2010). É no bojo desse silenciamento da questão racial que os projetos

---

<sup>3</sup> - a “cultura da remoção” diz respeito a prática recorrente do agente público de impor a remoção forçada da população de um território e sua moradia, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção de seus direitos.

relacionados aos territórios degradados do Rio de Janeiro aponta-os como áreas pauperizadas, ou seja, com ênfase apenas na questão econômica e de classe e pouco, ou nada, se dimensiona da questão racial. Essas ações demonstram o racismo institucional e epistêmico no qual as estruturas de poder estão mergulhadas. O poder hegemônico dentro das estruturas estatais, mantém um “olhar” cego às dinâmicas e às relações sociais dos negros dentro da sociedade, invisibilizando o papel social desse grupo e suas ações como sujeitos dinâmicos, erroneamente classificados como “minorias” no ato de pleitear por direitos. Para Piza (2014) a percepção neutra da ciência e da interpretação dos dados sociais, nada mais é do que a ação da hegemonia branca na dinâmica de entender o mundo. Para ela, os pesquisadores brancos se colocam como “neutros” quando se pretende entender as dinâmicas da sociedade incorporando a questão racial.

É nessa estrutura de poder, de reconhecimento de cidadania de uns e de “não-humanidade” de outros que o poder hegemônico aqui expresso no poder público e na mídia, entre outros, pensam a cidade e estabelecem estruturas que selecionam “silenciosamente” quais os cidadãos que têm direito a ela (cidade) e quais estão alijados de vivenciá-la integralmente. Portanto, não é difícil compreender os números das desigualdades sociais, de moradia, de acesso a educação básica e superior, de salário, de desemprego, de gravidez na infância, de doenças infectocontagiosas, de saneamento básico, de prisão e de assassinato na juventude, quando analisados com o referencial de raça.

Essa desigualdade de poder se reflete na composição de representatividade nas instâncias de tomada de decisão sobre as políticas públicas aplicadas às populações historicamente precarizadas. Ora, em uma estrutura hierarquizada, como vimos, os subalternizados não têm muito espaço de fala nem muito menos espaço para deliberar sobre os planos e ações sobre seus territórios de vida. A segregação racial e por classe promove a segregação política das populações pretas e pobres dos processos decisórios das políticas urbanas que serão aplicadas sobre seus territórios e que afetarão, muitas vezes de maneira definitiva, suas territorialidades (o conceito de territorialidade enfocada nesse texto é aquela que estabelece o território. É o conjunto de relações, inclusive de poder, de trocas, produções e estabelecimento de estruturas de pertencimentos. A territorialidade se estabelece nas relações entre os membros pertencentes a um território, mas também, deles com os membros de outros territórios. É portanto, uma estrutura dinâmica e em constante construção).

Podemos destacar que dentro da parcela da população subalternizada, excluída de parte das dinâmicas sociais e, segregada territorialmente, se compararmos as violências sofridas

cotidianamente (dificuldade de deslocamento, habitações sem estruturas básicas, desemprego, fragilidade alimentar, difícil acesso à educação, entre outros), os impactos na população negra se diferencia do impacto sofrido na população não-negra submetida às mesmas condições. Estudos como “O Saneamento e a Vida da Mulher no Brasil”<sup>4</sup> feito pela BRK Ambiental em parceria com o Instituto Trata Brasil, em 2018, concluiu que 100 milhões de pessoas no Brasil não contam com o sistema de coleta e de esgoto. Desse montante, 35 milhões de pessoas não recebem água tratada; sendo que 68% desse percentual são mulheres autodeclaradas negras (pretas e pardas) e que informaram não receber água tratada em suas casas todos os dias. Do déficit de esgotamento sanitário, mais de 23% das mulheres que responderam eram pardas e 40,9% eram pretas. Essa pesquisa termina concluindo que “as mulheres negras seriam as mais beneficiadas pela universalização dos serviços de água e esgoto para a população brasileira, pois representariam 75% das mulheres que sairiam imediatamente da pobreza pelo acesso a saneamento básico, que é um direito essencial para o desenvolvimento socioambiental e econômico plano”. Ou seja, não somente a questão racial, mas somado a ela a questão de gênero, impõem a dimensão de sofrimento e de subcidadania às mulheres negras e pobres.

Estudos como “O Saneamento e a Vida da Mulher no Brasil” , feito pela BRK Ambiental em parceria com o Instituto Trata Brasil, em 2018, concluiu que 100 milhões de pessoas no Brasil não contam com o sistema de coleta e esgoto. Desse montante, 35 milhões de pessoas não recebem água tratada; sendo que 68% desse percentual são mulheres autodeclaradas negras (pretas e pardas) e que informaram não receber água tratada em suas casas todos os dias. Do déficit de esgotamento sanitário, mais de 23% das mulheres que responderam eram pardas e 40,9% eram pretas. Essa pesquisa termina concluindo que “as mulheres negras seriam as mais beneficiadas pela universalização dos serviços de água e esgoto para a população brasileira, pois representariam 75% das mulheres que sairiam imediatamente da pobreza pelo acesso a saneamento básico, que é um direito essencial para o desenvolvimento socioambiental e econômico plano”. Esses estudos demonstram que o projeto político para a gestão da cidade, impõe a manutenção da vida ou a sentença de morte para parcela da população.

## **MEMÓRIA E TERRITÓRIO: REALIDADE COTIDIANA QUE CONSTRÓI O**

---

<sup>4</sup>

<https://www.brkambiental.com.br/negras-estao-entre-as-mulheres-mais-afetadas-pela-falta-de-saneamento-basico-ono-brasil> visto em 30/003/2023.

## INDIVÍDUO E O TERRITÓRIO

Busquei construir nas linhas acima o panorama que justifique minha escolha pelas mulheres negras como elemento de diálogo na construção da história do lugar (Vila das Torres) e na afirmação da necessidade de apontar os elementos fundamentais não indenizados quando da remoção dos moradores, que sejam: afetividade, amizade, fraternidade e pertencimento.

Os múltiplos uso da metodologia da História Oral e do acesso que ela possibilita às informações e às vivências das pessoas comuns torna essa metodologia importante para estabelecer o território da Vila das Torres e suas territorialidades. A história e a memória individual podem tecer a trama das histórias coletivas. Tratarei pois, de contar a história dessa vila, de uma parte importante da cidade através da “experiência do viver”, trajetórias únicas de vida, mas que se somam e constroem a história da cidade que ainda não foi contada, a história de um coletivo através das percepções sensoriais, afetivas e imagéticas (através das memórias, fotos e casos). As rotinas e hábitos corporais são caros a esse tipo de pesquisa, pois são com eles que construirei o cotidiano da vila, suas ligações, experiências, mobilidades que transformam os indivíduos, seu convívio, as suas relações sociais e seu território de “bem viver” (necessito explicar que esse conceito foi cunhado e está diretamente associado aos povos originários das Américas, mas utilizado neste trabalho na busca da cosmovisão e formas de vida a partir dos elementos comuns entre si. – território, experiências individuais/coletivas e memórias narradas pelos entrevistados).

A forma que alguns planejadores da cidade possuem de pensar as estruturas da cidade invisibiliza a população negra e as necessidades dessa parcela da população. Mais que isso, as dinâmicas do planejamento da cidade do Rio de Janeiro “empurra” para a periferia da cidade a população pobre e negra e desenraiza de seus territórios aqueles que pouco possuem. Toda essa dinâmica, como já vimos, traz consigo violências físicas, emocionais e subjetivas. Esses atos homogeneizam a população e não constroem com eles alternativas menos traumáticas para as remoções, adoecem e esfacela parcelas enormes da população. Minha preocupação é mostrar que independente das negociações, independente de conseguirem uma habitação melhor do que a que vivia ou maior que a anterior, a população removida sempre perde “bens” que não serão restituídos ou muito menos indenizados. A convivência, o enraizamento, a construção afetiva, o sentimento de pertencimento e o espaço vivido e repleto de subjetividades são elementos constituintes dos moradores removidos e que a não percepção

disso pelos planejadores e pelo Estado traz um outro tipo de violência para as remoções, a violência subjetiva.

Também é importante acentuar não só o “vazio” existencial imputado aos moradores desenraizados, mas também a implementação de uma “obsolescência territorial”, já que o território da Vila das Torres constituído pelas territorialidades sociais, políticas e afetivas, além da produção agrícola, hoje, encontra-se abandonado, com parte de seu terreno ocupado por um estacionamento não legalizado e com matagal no restante de sua extensão.

Para Pierre Nora (1993), a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história está estabelecida como a representação do passado. A memória e a história que inicialmente eram estabelecidas de forma diametralmente opostas (a primeira em constante transformação por estar ligada às relações da sociedade onde o indivíduo ou um grupo social está – os locais - e, o segundo, sacramentando ou engessando atos da comunidade como “fato histórico”), tornaram-se na contemporaneidade instrumentos necessários para a explicação das mudanças ocorridas na esfera do local.

Halbwachs (2006) que defende a ideia de que um grupo inserido em uma parte do espaço o molda à sua imagem, mas, ao mesmo tempo, se dobra e se adapta as coisas materiais que nele resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu. A relação estável dentro do espaço e a ideia coletiva construída do exterior passa a integrar o conhecimento que tem de si mesmo. A imagem não é do indivíduo isolado, é do indivíduo enquanto membro de um grupo que estabelece relações com o entorno material e reinterpreta e participa de seu equilíbrio. “A estabilidade da habitação não deixa de impor ao grupo a imagem pacificante da continuidade”. Portanto, percebe-se que as imagens espaciais penetram na consciência do coletivo, desempenhando um papel de memória coletiva.

Para Halbwachs, “cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de estável”. Quando os grupos demonstram uma extraordinária capacidade de inadaptação (Halbwachs, 2006, p.165) às situações extremas que os distanciam do espaço do grupo e das relações internas que estabeleciam com esse espaço e com as coisas materiais externas, reafirma o aporte emocional ancorado na tradição do lugar/grupo que os protegia. Acredito que a dificuldade da reterritorialização desse grupo está alicerçada na sua territorialidade “roubada”, sem que fosse dado a eles a preparação da escolha de um “novo

lugar”, de viver “um luto” das separações de seus elos afetivos acrescido do rompimento com o território que alicerçou suas construções de histórias de vida.

Para Bosi (1992), a importância da memória é a importância ao “direito ao enraizamento”, que resgata nas fontes orais o que a autora defende estar se perdendo nas dinâmicas tecnológicas atuais e pelos deslocamentos impostos pela vida contemporânea. Para essa historiadora é fundamental resgatar a potência das fontes orais e a construção da memória para a reconstrução do passado diante das imposições da vida contemporânea, principalmente quando o trabalho está debruçado sobre a cidade. Esse conceito de “enraizamento” empregado por Bosi, teve origem com a autora Simone Weil que situa o enraizamento como uma necessidade vital dos seres humanos para evitar estarem expostos a uma condição desagregadora. O enraizamento para Weil, é uma das necessidades humanas mais difíceis de serem definidas. Para a autora do conceito, parte-se do princípio que os indivíduos possuem a necessidade de criar raízes, de se fixarem e de pertencerem a algo (de estar entre outros), sem as quais sua alma adocece e morre.

Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. ” (WEIL, 2001, p.43 apud GUERRA, 2019, p.204).

O enraizamento é um conceito que cumpre algumas funções como articular o papel da comunidade em nutrir o saber com a necessidade do corpo e a da alma. Ou seja, a comunidade como amparo de pertencimento, de ajuda material (empréstimo de dinheiro, de gêneros alimentícios, de amparo para levar ao médico, o “olhar” as crianças, entre outras necessidades) e da necessidade da alma (buscar na comunidade laços próximos de parentescos como padrinhos dos filhos e de casamento, chamar de “irmão”, ”amigo do peito”, a cerveja no pós trabalho para relaxar, entre outras dinâmicas). Essa articulação funda as bases da sociedade amalgamando os elos entre os indivíduos, ao convergir os anseios individuais em coletivos; fundando, pois, a coletividade. Para Weil, a vida nas cidades, especialmente nas grandes metrópoles, compromete o “enraizamento” afetando não somente os vínculos entre os indivíduos, mas também, os vínculos com o passado e com a memória, pois torna superficial e momentâneo os momentos coletivos.

Para Halbwachs, se as lembranças se conservam no pensamento do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, é porque a imagem do solo perdura materialmente fora dele e ele pode retomá-la a qualquer instante, através de seus sentimentos e memória.

Para encerrar (em aberto) esse artigo, senti o desejo de trazer um pensamento do Nego Bispo: “Fogo!... Queimaram Palmares, Nasceu Canudos.”.

Porque mesmo que queimem a escrita,  
 Não queimarão a oralidade  
 Mesmo que queimem os símbolos  
 Não queimarão os significados.  
 Mesmo queimando o nosso povo  
 Não queimarão a ancestralidade

## REFERÊNCIAS

ABREU. M. A, **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

ANDERSON, B. Memória e Esquecimento. IN: ANDERSON, B. **Comunidades Imaginárias – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007.

BENCHIMOL, J.L. Pereira Passos, um Haussmann Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BIRMA, P. Favela é Comunidade? IN: SILVA, L.A.M. Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.  
[https://wikifavelas.com.br/Favela\\_%C3%A9\\_comunidade%3F\\_\(artigo\)#\\_ftn4](https://wikifavelas.com.br/Favela_%C3%A9_comunidade%3F_(artigo)#_ftn4)

BOURDIEU. P, **A Miséria do Mundo** (4ª ed.), Petrópolis – R.J, Editora Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Distinção – crítica social do julgamento**, São Paulo – EDUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria, São Paulo, Editora Liberdade, 2011.

\_\_\_\_\_, Origens da Habitação Social no Brasil, *Análise Social*- vol. XXIX (127), 1994. CARNEIRO. Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2005

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: 1, Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLAVAL, P., **O Território na Transição Pós-Modernidade**. Niterói: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF, 1999.

CORRÊA, R.L. **Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CUNHA, W.D.S. Samba, História e Territorialidade: uma história da Grande Madureira. IN: RIBEIRO, A.P.A. CID, G.S.V. VARGUES, G. F. (org.) **Memórias, Territórios, Identidades: diálogos entre gerações na região da Grande Madureira**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

DUBAR, C. **A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edusp, 2009

DU BOIS. W.E.B, **As Almas do Povo Negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_ e SCOTSON, John. Introdução: Ensaio Teórico Sobre a Relação entre Estabelecidos e Outsiders. IN: ELIAS, N. **Estabelecidos e Outsiders**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

FERNANDES, N. N. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**: Rio de Janeiro, Editora Apicuri/Faperj, 2011.

FOOTE-WHITE, W. Treinando a Observação Participante. IN: **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GALIZA, H. R.S.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI. **Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade**, Rio de Janeiro, 2014.

GOFFMAN, E, **Estigma – notas sobre manipulação da identidade**. Edição Digital, 2004.

GONÇALVES, R. S. As Favelas: território de integração e de exclusão. IN: GONÇALVES, R.S., **Favelas do Rio de Janeiro – história e direito**. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio e Pallas Editora, 2013, p. 67–94.

GORAYEB, A. **Cartografia Social e Populações Vulneráveis**. Rede Nacional de Mobilização Social. 2014.

GUIMARÃES, ASA. **Classe, Raça e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2004.

\_\_\_\_\_. **Preconceito e Discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil**. São Paulo: Edição 34, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

- \_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2017.
- \_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um debate. Niterói: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva e o Espaço. IN: HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2003. p. 29-69.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Cidades Rebeldes – do direito à cidade a revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LAGO, L. As Novas Barreiras Materiais e Simbólicas à Mobilidade na Cidade. IN: FERREIRA, P.F.; VAINER, C.B.; NETO, H.P.; SANTOS, M. O. **A Experiência Migrante – entre deslocamentos e reconstruções**, Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 421-428.
- LEFBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LE GOFF, J. Memória. IN: **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 387-439.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona Editores, 2014.
- MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado – metrópoles brasileiras**. São Paulo: Revista Perspectiva, nº 14, vol. 4, 2000.
- MARTINS, R.L, Mercadão de Madureira: caminhos de comércio. Condomínio do Entrepasto Mercado do Rio de Janeiro, 2009.
- MONTEIRO, Poliana, A Violência Contra a Mulher no Contexto das Remoções, Parte 2: Violência como Política de Controle, RioonWatch, 2019. <https://rioonwatch.org.br/?p=38291>
- \_\_\_\_\_. A Violência Contra a Mulher no Contexto das Remoções, Parte 3: Onde Mais se Bate, Mais se Mata?, RioonWatch, 2019. <https://rioonwatch.org.br/?p=38317>
- MUNANGA, K. Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade E Etnia. 2003. Disponível em <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2019.
- NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História (10). São Paulo: Editora da PUC-SP, 1993.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, S.V.C. Parque Madureira e o Uso do “Próprio” nas Dinâmicas Sociais. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Cultura de Territorialidades – UFF, Niterói, 2017.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PEREIRA, A. A. **O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PIZA, E. Branco no Brasil? Ninguém Sabe, Ninguém Viu. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.), 2000

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. IN: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005.

\_\_\_\_\_. O que é essa tal de raça? IN: SANTOS, Renato Emerson (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIOS NETO, E. e RIANI, J.L.R. “Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana”. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) **“Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia”**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

ROLNIK, R, **Guerra dos Lugares** (1ª ed.). São Paulo. Editora Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. IN: SANTOS, Renato Emerson (Org.). “Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia”. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades na Virada do Século: agentes, estratégias e escalas de ação política**. Rev. Sociol. Polit.[online]. 2001, n.16, pp.31-49.

SOARES, D. M. T. Parque Madureira – Requalificação da Paisagem Urbana. Dissertação do Programa de Engenharia Urbana, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

SODRÉ, M, **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro. Mauad Editora, 2019.

SANTOS, M, **A Urbanização Brasileira**. São Paulo. Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. As Noções de Totalidade, de Formação Social e a Renovação da Geografia. IN: SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Edusp, 2002. p.235-247.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo. Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANTOS. R.E, SILVA. K. S; SILVA. N.C, Disputa de Lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Anais do Primeiro Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte, 2017.

\_\_\_\_\_. Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. Questões Urbanas e Racismo. Petrópolis: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

\_\_\_\_\_. Ações Afirmativas no Combate ao Racismo: uma análise da recente experiência brasileira de promoção de políticas públicas. Rio de Janeiro: Revista Quaestio Iuris – vol.11, nº 03 – UERJ, 2018.

\_\_\_\_\_. A Questão Racial e as Políticas de Promoção da Igualdade em Tempos de Golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. [Dossiê: "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência". v. 4 n. 42, 2020.](#)

SAMPAIO. R. A, A Violência do Processo de Urbanização. IN: CARLOS. A. F. A, **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUZA. M. L de, “Território” da Divergência (e da Confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. IN: SOUZA. M. L de, Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

\_\_\_\_\_. **Os Conflitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

\_\_\_\_\_. **Mudar a Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SOUZA. N.S, **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2021.

TAGUIEFF. P. A, **O Racismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TELLES. Edward, **O Significado de Raça na Sociedade Brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press. 2004, tradução: 2012.

TELLES, V. O Espaço Urbano em Tempos de Urgências: ressonâncias...IN: REDONDO, Tércio (Org.), **Do Guia Para Os Habitantes Das Cidades Poemas e Comentários**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

\_\_\_\_\_. Na Tramas Da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_. Ilegalismos Urbanos e a Cidade. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 2009.

THOMPSON, P. História e Comunidade. IN: THOMPSON, P. **A Voz do Passado – história Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992. p. 20-43.

VALLADARES, L. P. Pobreza e Território: a construção da marginalidade social. IN: VALLADARES, L. P. **A Invenção da Favela – do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 126.

WACQUANT, L. **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.